

“CRITÉRIOS” EM CHEQUE

Os Tingui-Botó querem ser reconhecidos, receber a documentação de suas terras e viver em paz: com os fazendeiros e com a Funai (esse órgão, porém, desenvolve a arte de enganá-los).

Lições de um índio a um coronel

Quantas lições um índio pode dar a um coronel? Principalmente quando este coronel se chama Ivan Zanoni Hausen e não reconhece os Tingui-Botó como nação indígena? José Saraiva, líder desse povo, saiu do município de Feira Grande (AL), onde mora, e foi para Brasília: queria apenas mostrar sua cultura, algumas tradições. Afinal, pedir explicações pelo que o então presidente da Funai, Nobre da Veiga, afirmara em jornais, negando sua identidade étnica.

Mas acabou ensinando muita coisa ao coronel, esse Tingui José Saraiva. O diálogo entre eles, de cerca de 20 minutos, foi gravado. Durante a conversa, o índio extravasava humildade, persistência e desconfiança - demonstrada com inteligência, ao mesmo tempo em que Zanoni tenta enganá-lo e doutriná-lo. Finge desconhecer estudos feitos pelos próprios pesquisadores da Funai; justifica as declarações de Nobre da Veiga, tendo para isso acusado os fazendeiros de sabotadores. E para concluir, Zanoni promete visitar a área mas, não cumpre.

— Que é que há? Você está esperando há muito tempo? Senta aí e fala rápido, porque eu já estou de saída - diz Zanoni ao índio, como uma forma “delicada” de cumprimento, mas ao mesmo tempo como faz com a papela da oficial, uma forma de despachá-lo, dando prova logo de início que não queria recebê-lo.

— Coronel Zanoni, aqui quem vai falar é o senhor. Porque o senhor como professor tem plenos poderes. Eu acredito que não pode haver uma condenação dessas (refere-se às declarações de Nobre da Veiga). Inclusive nunca foi feita uma pesquisa na parte do setor indígena, por eles... é... de objetos sagrados. Então eu acredito que o negócio foi errado. Mas...

— Não, não tem nada errado aqui não. O que o presidente fez foi o seguinte: o presidente sentiu que não adiantava querer regularizar uma terra quando a própria sociedade está dizendo que vocês não são índios (a segunda mentira do coronel em poucos minutos de diálogo. A primeira é que realmente está havendo erros. Depois, sabe-se através de missionários do Cimi que no município e na região, os Tingui-Botó são reconhecidos. Sem contar - o que Zanoni parece desconhecer por completo, o que seria evidentemente um absurdo, onde é melhor crer que ele finge desconhecer - que no início de 80, Célio Horst, funcionário da Funai, visitou a aldeia e fez um extenso relatório, reconhecendo os índios). E ninguém disse se vocês são índios ou não (terceira mentira do coronel. Nobre da Veiga é claro ao negar em reportagens publicadas em diversos jornais, a identidade dos Tingui. Mas Zanoni se contradiz. Mais adiante ele menciona que não era nem mesmo isso, ou seja, tratava-se apenas de uma tática contra os fazendeiros).

— É... não sei...
— Vocês têm que ter confiança na Funai (!!!)
— Ah, eu tenho confiança na Funai e, é melhor eu falar logo a verdade. Eu tenho confiança no senhor, como disseram que o senhor é antro... não sei... como é?
— Sociólogo.
— Sim. É que entende de muitas coisas de índio. Então nós viemos aqui; nós viemos preparado. Nós trouxemos nossos objetos sagrados, um tipo de máscara que nem os branco chama. Mas nós não chamamos máscara. Nós chamamos veste do nosso ritual, do nosso ouricuri.
— Como é teu nome?
— Meu nome é José Saraiva.
— José, ontem eu já lhe disse qual é a nossa posição. Vamos sentar aí. Se eu chegar lá agora e mandar alguém do DGPI dizer que quero ver o arquivo, você sabe o que eles fazem? Vão queimar tudo o que tá escrito lá, porque naquela terra daquela época, foi há duzentos anos dos índios. Agora vou dizer uma coisa a você, quando a gente olha pra você, por exemplo, a gente sabe que você tem sangue de índio mas também tem sangue de africano.
— De africano.
— Quando a gente olha pra mim, não sabe de que é que eu tenho sangue, mas eu tenho sangue de índio.
— Sim senhor.



Uma Tingui mostra a devastação em torno da área de seu povo (Foto Arquivo Cimi).

— (Agora o coronel muda um pouco o assunto. Quer de qualquer forma colocar na cabeça do índio que ele pode não ser índio assim como ele, Zanoni, tem sangue de índio mas se conforma em não ser índio, porque tem apenas um oitavo desse sangue. Depois ele retoma esse assunto. Antes, volta a falar das declarações de Nobre da Veiga, já com uma nova conotação). Eu tenho um oitavo de sangue de índio Xarrua da Província de Corrientes, na Argentina. Porque minha avó veio daqui. Oh... veio daqui. Aqui tava cheio de índio.

— Sim senhor.
— Tenho sangue de português. No entanto meu nome é alemão, tenho cara de alemão, mas lá no sangue tenho um pedacinho de... Agora o que tá acontecendo é que quando foi se levantar o problema de terra... Como é que a Funai vai defender a terra se não tá sabendo quem é índio, quem não. Daí começou o nosso trabalho.
— Foi, foi...
— Isso é prá acabar com essa guerra. Porque senão, muito antes da gente fazer qualquer coisa eles vão lá e queimam tudo, como queimaram os cartórios todinhos. Você sabe disso, né Saraiva?
— Não (Até aqui, como qualquer um pode perceber, o índio limita-se a confirmar as palavras de Zanoni, repetindo sempre a última. Porém, agora foi diferente. É o coronel não gosta, torna-se mais agressivo).
— Eles vão e queimam os cartórios pro Inera não reconhecer negócio de título e tudo... É uma coisa terrível. Então o que é que eu boleei aqui, uma maneira de a gente ir pros arquivos como se não tivesse nada a ver com isso. Ninguém fala mais em negócio de terra. Nós vamos procurar como negócio de cultura, museu de índio... e cadê os arquivos? Então nessa hora a gente bota a mão no negócio. Ai tá lá: em mil setecentos e tanto, dom João num sei o quê, vendeu a terra. No ano tal, assim e assim, tem o testemunho

do padre fulano que escreveu o relatório... Entendeu a diferença?

— Entendi.
— Depois que a gente pegar isso a gente diz: Olha, o Zé Saraiva não é índio. Porque ele tem tanto de sangue de índio, tanto de preto, tanto de português, tanto não sei de quê.
— Nós perguntamos ao senhor e dissemos que o problema da terra, por enquanto, a gente vai devagarzinho. O que nós temos precisando é a nossa viagem...
— É o meu trabalho.
— Tá dependendo do senhor. O senhor falou que nesses trinta dias, não sei quando, ia no Recife.
— Eu vou
— E ia ver se tinha condições ou de dar uma passada por lá, ou de mandar alguém fazer uma pesquisa sobre a aldeia.
— A minha ida não tem nada a ver com isso. Eu posso mandar lá alguém fazer uma pesquisa, mesmo não indo. O importante não sou eu, é o pesquisador.
— O pesquisador.
— Não era isso que você tava preocupado?
— É isso que eu tô preocupado. E eu quero, coronel Zanoni, eu lhe peço até pelo amor de Deus, que o senhor faça isso por nós, logo. Prá decidir uma vez por todas. Porque a gente tira essa idéia da cabeça de ficar andando prá aqui, dando preocupação a todos...
— Eu entendo, você está debaixo hoje de uma angústia que você não... é preferível dizer não é?...
— ...não é...
— Agora o que eu quero pedir a você é o seguinte: primeiro, confiança na Funai. Segundo, não briguem contra o governo lá. Porque se você brigar contra o governo, contra o deputado, o prefeito, os caras poderosos, você já cria uma antipatia prá causa de vocês. Ai dificulta a ação da Funai, porque todo mundo se prepara para ir contra. Então essa declaração do presidente esvaziou o negócio. Você entendeu a jogada?

ÍNDIOS SE ORGANIZAM E ALCANÇAM VITÓRIAS



A luta dos Wavante continua; as crianças continuam nascendo, apesar das doenças; os Suruí ficaram livres das famílias invasoras (Fotos: Antonio C. Moura, Mário Fioravanti e Paulo Suess).



1981 foi o ano da militarização da Funai. Foi, também, quando se intensificou a política de suborno, corrupção e terror desse órgão no tratamento da problemática indígena. Foi, enfim, um período de inúmeras dificuldades para o diálogo, reduzido a simples grunhidos, rosnados e patadas por parte do governo, e de apelos e brados de força pelo lado dos índios, por causa da mentalidade animalésca e genocida dos militares no poder.

Mas foi, sem sombra de dúvida, um ano no qual, por causa dos próprios fatos que demonstram a violência do sistema contra o desejo de auto-determinação dos povos indígenas, o grau de organização e união superou as expectativas. Tanto que chegou a causar o afastamento do corrupto coronel João Carlos Nobre da Veiga, que levou para a Funai toda a cruza do regime que aprendeu na escola doutrinária e desumana em que se transformaram os quartéis no Brasil. Assumiu um outro coronel, diferente do primeiro apenas porque passou por um estágio de aperfeiçoamento de sua força destrutiva, que foi o Conselho de Segurança Nacional. E por isso mesmo muito mais perigoso.

Porantim faz, nesta página, um resumo em ordem crono-

lógica do que aconteceu até outubro. Quanto a novembro e dezembro, esta edição já é um grande documento.

O QUE MARCOU

Os primeiros meses do ano representaram um significativo avanço no processo organizativo das nações indígenas afetadas pelo governo brasileiro. Em janeiro, houve a I Assembléia Indígena das Nações que habitam o Sudeste Brasileiro, em Teófilo Otoni (Minas Gerais), e as lideranças indígenas presentes discutiram detalhadamente as artimanhas da política indigenista oficial. Uma portaria Interministerial, a de nº 006 de 15 de janeiro, resultante de um acordo entre o Ministro do Interior, Mário Andreazza, e o das Minas e Energia, Cesar Cals, consegue de uma só patada a liberação das terras indígenas para a pesquisa e lavra de minérios em todo o Brasil.

Depois de várias denúncias comprovadas, a Funai ainda insiste em desmentir aos jornais que estava fazendo estudos visando modificar o Estatuto do Índio. Mas a realidade indisfarçável mostra que se caminha para essa modificação: através de uma Instrução Técnica Executiva, de nº 02/81, do Departamento Geral de Planejamento Comunitário - DGPC, dirigido pelo coronel Ivan Zanoni, a Funai autorizou a criação de uma comissão de Levantamento de Indicados

de Integração. Hoje, o resultado dessa comissão é conhecido como "critérios de indianidade".

Ainda em janeiro, os povos Pataxó, Krenak, Tupinikin e Guaraní denunciam que, "usando de violência e do suborno, a Funai está forçando estes povos a aceitarem a diminuição de suas terras, o que dificulta em muito a sobrevivência indígena".

"O assunto que vamos tratar, então, é como vamos fazer para defender as nossas terras. Aquelas que foram demarcadas, queremos saber tudo bem direito e vamos falar, acho, o dia inteiro sobre isso". Com estas palavras o tuxáua Jaci, falando em nome das Nações Indígenas de Roraima (ele é tuxáua da maloca de Muturuca) dá por aberta a Assembléia Geral das Autoridades Indígenas do Território Federal de Roraima, do qual participaram 73 tuxauas, acompanhados de seus secretários e conselheiros, somando um total de 200 pessoas. Foi um dos pontos altos de fevereiro.

E, para completar, na 19ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP) foi aprovado um texto de especial importância para a Pastoral Indigenista no Brasil. O título do documento referendado por todos os Bispos é bem significativo: "problemas nas Nações Indígenas e ação Evangelizadora da Igreja".

Desde o dia 14 até o dia 16 de fevereiro, os bispos das prelazias e dioceses que estão em áreas indígenas se reuniram para estudar a problemática e propor uma organização pastoral indigenista.

Março, como todos os demais meses do ano, foi marcado pelas iniciativas capitalistas no sentido de tirar dos índios as terras, de uma forma ou de outra. O Cimi denuncia que a Funai agiu displicentemente em relação às terras dos Guaraní, em Ocoí - Paraná - que serão inundadas pelas águas da Hidrelétrica de Itaipu. A Funai alegou desconhecimento da existência desse povo (??).

No mesmo mês foi denunciada em Pernambuco, na I Assembléia Indígena do Nordeste, a participação ilegal da polícia na ajuda aos grileiros que pretendem se aposar das terras indígenas, bem como a política oficial que não quer considerar a identidade indígena desses povos. Outra invasão é denunciada: a reserva do povo Xicrin, apesar de demarcada, continua invadida por três fazendas que não demonstram a menor intenção de se retirar da área.

Um fato, porém, serviu neste mês para amenizar a tempestade criada pelo capitalismo em torno dos índios: os Tukuna do Alto Solimões (AM) realizam várias

assembléias entre si buscando consolidar uma organização unificada para suas lutas. E, a despeito disso, crescem os conflitos envolvendo terras indígenas no Brasil e continuam as denúncias de corrupção envolvendo militares e civis da Funai.

Líderes de 32 Nações Indígenas reuniram-se em São Paulo em Abril para marcar um importante passo na sua luta conjunta em defesa dos seus direitos. Foi escolhida, também nesse encontro, a diretoria da União das Nações Indígenas (UNI).

Uma fato constrangedor marcou abril: o general Golbery do Couto e Silva, então ainda como Ministro da Casa Civil, apresenta em nome do presidente da República a decisão de se "promover imediata revisão do Estatuto do Índio". Esta revisão pretende, segundo parecer baseado nas informações do SNI, responsabilizar penalmente as lideranças indígenas que criam "celeuma na imprensa" (sic), se ausentam do país e se organizam em entidades intertribais a nível nacional. A Funai começa, então, tentar impedir que os índios ausentem-se de suas aldeias para participarem de assembléias. Inicialmente são afetados os Apurinã, Jamamadi, Kulina, Macuxi e Wapixana. Todos os participantes repudiaram as manobras da Funai.

Em maio nova investida da política oficial contra os interesses genuinamente indígenas: o Delegado Regional da Funai em Recife, José Leonardo Reis, preparou uma notificação expulsando de qualquer trabalho em área indígena, principalmente no Posto Indígena Potiguara, na Baía da Traição, os Agentes de Pastoral Maria da Salete, Horácio da Silva e Antonio Hélon de Santana. O gesto arbitrário foi "justificado" com base na Portaria nº 472/N de 24/9/77, onde se diz que é "vedado o ingresso de pessoas estranhas em terras indígenas".

O general Golbery do Couto e Silva, o falido "mago da abertura", proibiu o reconhecimento oficial da UNI e os indígenas se reuniram em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, para responder a essas manobras palacianas. Compareceram os Tukuna, Xukuru-Kariri, Terena, Waçu, Irántxe Tukano, Galibi, Kaingang, Guaraní, Bakairi, Pareci, Wapixana, Makuxi e Miranha.

Em junho, o Cimi-Norte I, através do Secretariado Regional, lançou nota de protesto a respeito da "guerra bacteriológica" que está dizimando rapidamente os povos Waimiri e Atroari, alguns deles próximos da morte por sarampo, pneumonia e suspeita de Tuberculose no Instituto de Doenças Tropicais de Manaus e no Hospital Getúlio Vargas.